======ACTA N.º1/05=======
REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, REALIZADA NO DIA 05 DE JANEIRO
DO ANO DE 2005: ===================================
Ao quinto dia do mês JANEIRO do ano de DOIS MIL E CINCO, nesta vila de GOLEGÃ, n
edifício dos PAÇOS DO CONCELHO, SALA DAS SESSÕES, pelas 17,00 horas, reuniu ordinariamente
CÂMARA MUNICIPAL, estando presentes, além do EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE JOS
TAVARES VEIGA SILVA MALTEZ, os senhores VEREADORES, CARLOS MELANCIA DE SOUSA CACHADO
MÁRIO JOSÉ FERREIRA RODRIGUES, VICTOR MANUEL DA GUIA, FRANCISCO JOSÉ MARIANO ALCOBIA
comigo, pedro miguel ferreira henriques, Chefe da Divisão municipal de Administração
FINANÇAS
Depois do EX ^{MO} . SENHOR PRESIDENTE ter declarado aberta a reunião, procedeu-se à resolução do
assuntos constantes da ordem de trabalhos respectiva:
1. – Acta:
Foi lida em voz alta na presença simultânea de todos e aprovada por UNANIMIDADE a act
da reunião do Executivo Camarário de 23 de Dezembro de 2004
2 Balancete da Tesouraria:
Foi presente o balancete do último dia útil, apresentando um total de disponibilidades do valo
de 96.117.95 euros (NOVENTA E SEIS MIL CENTO E DEZASSETE EUROS E NOVENTA E CINCO
CÊNTIMOS), sendo 63.487.98 euros, (SESSENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E OITENTA
SETE EUROS E NOVENTA E OITO CÊNTIMOS), de operações não orçamentais
3Divisão Municipal de Administração e Finanças
3.1 – Junta de Freguesia da Golegã
3.1.1. – Registo do Cemitério e Registo da Sede da Junta de Freguesia
Foi presente pedido do Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, solicitando a legalização do
registos referentes aos prédios supra mencionados. O Chefe da DAF esclareceu os presentes relativament

aos contornos jurídicos da questão, informando sobre a necessidade de se iniciarem diversos
procedimentos para proceder aos registos prediais adequados. Face ao exposto, a CÂMARA deliberou por
UNANIMIDADE que a DAF desenvolveria todas as iniciativas e procedimentos tendentes a registar os
imóveis no Património Municipal
4-Divisão de Intervenção Social
4.1-Associação Cultural Cantar Nosso
4.1.1-Pedido de apoio monetário para liquidação de dívida
Relativamente ao pedido de apoio da ACCN, o Senhor Vereador Melancia Cachado lembrou que
outros pedidos efectuados à Câmara Municipal, relacionados com a aquisição de instrumentos musicais,
foram encaminhados para Organismos da Administração Central, como o IPJ e INATEL
O Senhor Vereador Mário Rodrigues concordou, reafirmando ter sido esta a política do executivo
relativamente aos pedidos efectuados pelas colectividades para aquisição de instrumentos musicais. Não
obstante, referiu dever comunicar-se a disponibilidade para satisfação de outro tipo de necessidades,
sempre que esses apoios fossem solicitados
Considerou, ainda, que a Câmara Municipal deve, a curto prazo, rever a sua política quanto à
atribuição de subsídios, ilustrando o seu entendimento sobre a matéria com o exemplo concreto dos
pedidos de aquisição de instrumentos musicais. A seu ver, se é atribuído um subsídio para aquisição de
fardas ou para pagamentos de inscrições do futebol, porque é que os pedidos de aquisição de instrumentos
são encaminhados para entidades exteriores, sendo certo que qualquer das necessidades se prende com o
desenvolvimento das actividades prosseguidas pelas diferentes colectividades? Considera ter todo o sentido
que a aferição dos pedidos de subsídio se passe a fazer com recurso a regras bem definidas, por forma a
evitar situações de injustiça relativa que porventura se verifiquem
Face ao pedido concreto, A CÂMARA deliberou, por UNANIMIDADE, reencaminhar o pedido
para o IPJ e INATEL, assumindo a necessidade de proceder à criação e regulamentação de um modelo de
atribuição de subsídios às colectividades concelhias

4.2-G.A.P Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho
4.2.1-Protocolos de Estágio de Formação Pré-Profissional
Foram presentes dois Protocolos de Estágio de Formação Pré-Profissional a realizar pelos alunos
Nuno Miguel Cardoso Silva e Luís Henrique Texugo Cunha, na ETAR da Golegã, tendo
a CÂMARA deliberado por UNANIMIDADE aprovar a sua realização e autorizar o Senhor Presidente a
outorgar os documentos respectivos
5. – Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente
5.1 –Empreitada de Concepção e Construção da Piscina Coberta de Golegã
5.1.1-Prorrogação de Prazo
Face ao pedido de prorrogação do prazo para conclusão da empreitada de concepção e construção
da Piscina Coberta de Golegã e tendo em atenção a informação dos Serviços Técnicos, a CÂMARA
deliberou por UNANIMIDADE conceder a prorrogação de prazo por 45 dias
5.2-Manuel Salvado Fonseca
5.2.1-Conduta de água
O Senhor Vereador Melancia Cachado historiou o processo referente à conduta de água,
explicando a existência de um orçamento rectificativo em função da desistência de alguns proprietários
inicialmente interessados. O Chefe DOUA apresentou também o seu parecer favorável, pelo que a
CÂMARA deliberou por UNANIMIDADE manter a comparticipação de 50% nos custos de instalação da
conduta
5.3- Pinearte - Madeiras Trabalhadas para exportação, Lda
5.3.1- Pedido de Inserção de prédio em Plano Pormenor
O Senhor Vereador Melancia Cachado fez uma apresentação técnica do Plano de Pormenor para a
zona, justificando o seu entendimento, e dos serviços técnicos, de que deveria contemplar o alargamento
solicitado pelo requerente. Face ao exposto, a CÂMARA deliberou por UNANIMIDADE autorizar a
integração do prédio sito na Rua do Espírito Santo, nº4, Freguesia de Azinhaga, Concelho de Golegã,

inscrito na matriz predial sob o número 964, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número
0039017 do Livro B45, fls 36V, no Plano de Pormenor para a zona
5.4- Empreitada de Construção do Edifício Biblioteca Municipal da Golegã
5.4.1- Relação de trabalhos a mais
Face à justificação técnica apresentada pelo Chefe DOUA sobre a relação de trabalhos a mais,
a CÂMARA deliberou por UNANIMIDADE aprovar a listagem apresentada, no valor de 21.286,38 euros
(vinte e um mil duzentos e oitenta e seis euros e trinta e oito cêntimos)
5.5- Loteamento da Baralha
5.5.1- Alteração do Lote n.º 10
Face à informação prestada pelo Senhor Vereador Melancia Cachado e ao parecer do Chefe
DOUA, a CÂMARA deliberou por UNANIMIDADE que o processo deverá ser submetido a discussão
pública
6Intervenções do EX.MO Presidente
6.1- Processos despachados ao abrigo da delegação de competências
Construções 2012, Lda
Mário Oliveira Pereira Gaspar
José do Rosário do Mota
A CÂMARA tomou CONHECIMENTO
7 – Fora da ordem de trabalhos
Concluída a ordem de trabalhos, a CÂMARA deliberou por UNANIMIDADE, analisar mais os
seguintes assuntos:
7.1- Água nos Serviços Municipais
O Senhor Vereador Vítor Guia referiu um episódio ocorrido recentemente, aquando de uma
reunião de trabalho que teve lugar no Salão Nobre e onde se encontrava presente, em que se verificou não
existir água para distribuição aos participantes

O Sennor Presidente referiu que se tratou de um tapso dos serviços, não atributindo qualquer
relevo à exposição deste assunto em Reunião de Câmara
O Senhor Vereador Vítor Guia considerou, então, que o fornecimento de água engarrafada aos
funcionários da Câmara Municipal, efectuado durante bastantes anos até meados de 2004, deveria ser
reatado, propondo a distribuição das máquinas então utilizadas pelos mesmos locais onde se encontravam
anteriormente. Foi secundado pelo Senhor Vereador Francisco Alcobia, que manifestou ainda preocupação
com a inexistência de água engarrafada no Estaleiro Municipal
O Senhor Presidente da Câmara referiu discordar desta distribuição de água pelos funcionários,
considerando tratar-se de um custo anual completamente desnecessário, para além das complicações
logísticas que coloca, designadamente com a reposição de bidons e/ou garrafas e copos, bem como com o
permanente controlo dos equipamentos
O Senhor Vereador Melancia Cachado manifestou o seu entendimento sobre a matéria,
considerando que a disponibilização de água mineral aos funcionários da autarquia não faz sentido, tendo
acentuado que a disponibilização a uns implica a disponibilização a todos
O Senhor Vereador Mário Rodrigues referiu não considerar a disponibilização de água mineral
como um custo relevante, acentuando que noutros mandatos os funcionários tinham ao seu dispor água
engarrafada. Considerando a existência dos equipamentos na Câmara, propôs a sua colocação no átrio
principal, no Equuspólis e no estaleiro municipal
O Senhor Presidente referiu que poderiam ser disponibilizados os equipamentos de água, embora
sem utilização de água mineral, ao que o Senhor Vereador Vítor Guia retorquiu que deveriam ser
lembradas as pessoas que não podem beber água com tratamento da rede
Após terem sido apresentadas mais considerações pelos senhores Vereadores, foi então entendido
que se colocassem equipamentos de distribuição de água apenas átrio da Câmara Municipal, por se tratar
de um local público, bem como no refeitório do Estaleiro Municipal, por se tratar de uma imposição legal
A CÂMARA deliberou por UNANIMIDADE a colocação dos equipamentos nesses locais

7.2- Sinalização rodoviária
O Senhor Vereador Mário Rodrigues propôs a colocação de um sinal de stop na intersecção da Rua
D.Afonso Henriques com a Rua Infante D.Henrique, bem como a retirada de idêntico sinal na Rua Infante
D.Henrique, defronte ao Centro de Férias, e cruzamento da Rua Miguel Relvas com a Rua Timor Lorosae
A CÂMARA deliberou por UNANIMIDADE aprovar as alterações apresentadas
8- Aprovação da Acta em minuta
Mais foi deliberado por UNANIMIDADE, nos termos do nº3, do art.92º, da Lei 5-A/2002, de 11 de
Janeiro, aprovar em minuta, a fim de produzirem efeitos imediatos, as deliberações referentes aos pontos
4.2.1, 5.1.1 e 5.4.1
9-Encerramento:
Quando eram 19.00 horas, o EXMO. PRESIDENTE declarou encerrada a reunião, da qual, para
constar, se lavrou a presente acta que eu, Pedro Miguel Ferreira Henriques, Chefe da Divisão Municipal de
Administração e Finanças, mandei redigir subscrevo e também assino